



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS AVISO URGENTE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA.

Bem-vindos à AVISO URGENTE!

1. QUEM SOMOS ?

AVISO URGENTE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.774.075/0001-34, estabelecida à Rua 94, nº 1.165, Quadra F-17, Lote 139, Setor Sul, na cidade de Goiânia - GO, CEP: 74.083-060, é uma empresa tecnológica e inovadora em soluções jurídicas, especializada na prestação de serviços de informações judiciais e licenciamento do software on-line "Control JUS" de gestão jurídica, sendo uma atividade que demanda a coleta e tratamento de uma quantidade grande de dados, em sua maioria públicos, doravante denominada simplesmente **AVISO URGENTE**.

Além dos dados pessoais públicos mencionados, a **AVISO URGENTE** também coleta e trata informações pessoais de seus clientes e usuários - *logados* ou não - e informações pessoais de terceiros inseridas por seus clientes, observados os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com destaque à finalidade e à necessidade.

2. O PROPÓSITO DESTES DOCUMENTOS

A política de privacidade descrita busca fortalecer o compromisso da **AVISO URGENTE** com seus valores corporativos, dentre os quais se destacam o bom relacionamento e transparência com os clientes.

Assim, passa a implementar medidas para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), amparada também nas melhores práticas do *General Data Protection Regulation* - GDPR da União Europeia e no próprio Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014).

O propósito deste documento é fortalecer a relação com seus clientes, dando transparência acerca do tratamento dos dados pessoais necessários para a prestação dos serviços contratados.

3. DEFINIÇÕES IMPORTANTES

- a. "**AVISO URGENTE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA.**": pessoa jurídica responsável pela gestão e oferta dos serviços disponibilizados no link <http://app.controljus.com.br> e, no âmbito da presente política e para os fins da LGPD, também compreendida como CONTROLADOR.
- b. "**USUÁRIO**": pessoa natural que utiliza os serviços da **AVISO URGENTE** em nome próprio ou do contratante - colaborador autorizado - ou aquele que navega no site sem estar logado.
- c. "**LGPD**": significa "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais", trata-se da Lei nº 13.709/2018.
- d. "**DADOS PESSOAIS**": qualquer informação relacionada à pessoa natural que a identifique, ou que, usada em combinação com outras informações tratadas, identificam um indivíduo. Ainda, qualquer informação por meio da qual a identificação ou informação de contato de uma pessoa natural seja possível.
- e. "**DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS**": dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção

religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

- f. "**DADO ANONIMIZADO**": dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento.
- g. "**BANCO DE DADOS**": conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- h. "**TITULAR**": pessoa natural a quem se refere os dados pessoais objeto do tratamento.
- i. "**TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**": considera-se tratamento de dado pessoal a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados de pessoas físicas.
- j. "**ANONIMIZAÇÃO**": utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta a um indivíduo.
- k. "**CONTROLADOR**": pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- l. "**ENCARREGADO**": pessoa natural ou jurídica, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- m. "**REGISTROS DE ACESSO**": o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP.
- n. "**OPERADOR**": pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- o. "**FINALIDADE**": o que a **AVISO URGENTE** objetiva a partir do tratamento de dados pessoais.
- p. "**NECESSIDADE**": razão pela qual se justifica o tratamento de dados pessoais pela **AVISO URGENTE** para que seja atingida a finalidade pretendida. O tratamento de dados pessoais, contudo, deve se limitar ao mínimo necessário para que se alcance o propósito almejado, ou seja, deve ser pertinente, proporcional e não excessivo.
- q. "**CONSENTIMENTO**": autorização livre, informada e inequívoca (sem deixar dúvidas) pela qual o usuário concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade previamente estipulada. Após conceder o consentimento, este poderá revogá-lo a qualquer tempo. Contudo, cumpre frisar que a revogação do consentimento não tem o condão de invalidar o tratamento realizado em momento anterior.
- r. "**ELIMINAÇÃO**": exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.
- s. "**USO COMPARTILHADO DE DADOS**": comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre

esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para um ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

4. A QUEM ESSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE SE APLICA?

Esta Política de Privacidade se aplica a todos aqueles que utilizam a plataforma da **AVISO URGENTE**, bem como àqueles que de alguma forma tenham seus dados pessoais tratados pela **AVISO URGENTE**. A utilização do site pelo Usuário implica na aceitação desta Política de Privacidade.

5. A AVISO URGENTE COLETA E UTILIZA OS SEGUINTE DADOS PESSOAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS

Informações coletadas conforme a contratação	Nas contratações de serviços, a mesma coleta os seguintes dados pessoais, <u>no todo ou em parte e conforme o caso</u> : nome completo, CPF, endereço, e-mail, telefone fixo e/ou celular, nome de associado indicado para leitura e captura de publicações judiciais, número da OAB quando se trata de advogado. Pode coletar também dados (senha e usuário) de acesso a painéis de sistemas de processo judicial eletrônico para prestar serviços solicitados pelo contratante. Em certas situações pode ocorrer a coleta de nome, CPF, RG, estado civil, nacionalidade e profissão de representante legal de pessoa jurídica.
Informações coletadas automaticamente	A AVISO URGENTE coleta e armazena informações sempre que o Usuário interage com a plataforma. São exemplos a utilização de cookies (de sessão, persistentes e de rastreamento), número do IP do dispositivo e a data e hora do acesso.
Informações coletadas de outras fontes	A AVISO URGENTE coleta dados pessoais de outras fontes, como fontes públicas, como é o caso dos processos Judiciais e Diários Oficiais.

A **AVISO URGENTE** não coleta ou armazena dados de cartões de crédito dos usuários. Todas as transações de pagamentos são feitas diretamente em plataformas de terceiros, nas quais são utilizadas tecnologias que somente o operador do pagamento acessa as informações.

6. DA INSERÇÃO DE DADOS PESSOAIS PELO USUÁRIO

Quando os dados pessoais, inclusive dados sensíveis, são inseridos pelos usuários da plataforma, quem contrata os serviços da **AVISO URGENTE** figura como Controlador e, portanto, esse é quem garante ter sido a coleta realizada na forma da lei.

A **AVISO URGENTE** tem o compromisso de tratar tais dados pessoais de terceiros estritamente para finalidades legítimas e determinadas pelo cliente, tal como dar funcionalidade aos serviços ofertados na plataforma.

7. FINALIDADE DE TRATAMENTO E BASE LEGAL ADOTADA

Finalidade	Base Legal
Prestar o serviço contratado, dando-lhe a funcionalidade adequada.	Art. 7º, inciso V da Lei Geral de Proteção de Dados - execução do contrato entre a AVISO URGENTE e o Usuário.
Responder às solicitações, atender pedidos e dar suporte técnico.	Art. 7º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados - cumprimento de obrigação legal (em especial o Código de Defesa do Consumidor e LGPD) pela AVISO URGENTE
Enviar informações administrativas sobre a plataforma.	Art. 7º, inciso V da Lei Geral de Proteção de Dados - execução do contrato entre a AVISO URGENTE e o Usuário.
Para fins comerciais, tais como análise e gestão de negócios, pesquisas de mercado, auditorias, desenvolvimento de novos produtos, aprimoramento dos sites e melhoria de nossos serviços e produtos.	Art. 7º, inciso IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da AVISO URGENTE em otimizar sua administração e gestão.
Para fins de publicidade - direcionada ou não - via banners, cookies, e-mails ou outros métodos.	Art. 7º, inciso IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da AVISO URGENTE em estreitar sua relação com os Usuários de seus serviços. Caso o Usuário não queira receber esse tipo de conteúdo, basta informar e o envio será interrompido.
Para cumprimento de obrigações legais, como relacionadas à processos ou requisições de autoridades públicas ou governamentais.	Art. 7º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela AVISO URGENTE .
A fim de proteger os direitos, a privacidade, a segurança, a propriedade, as operações, aplicar termos e condições, permitir o alcance de recursos disponíveis ou limitar os danos causados à AVISO URGENTE .	Art. 7º, inciso IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da AVISO URGENTE .

No geral, o tratamento dos dados pessoais está fundado no cumprimento de obrigação legal, execução de contrato ou de procedimento contratual preliminar, para exercício regular de direitos em processos judiciais, legítimo interesse e, caso necessário, no consentimento do titular, previstos nos incisos I, II, V, VI e IX do artigo 7º da LGPD.

8. POLÍTICA DE COOKIES

A **AVISO URGENTE** utiliza cookies. Assim, caso o Usuário deseje, poderá desativar parte ou a totalidade dos cookies. É comum que isso possa ser feito através do menu “opções” ou “preferências” de seu browser. Note-se que, ao desativar cookies, pode ser que haja prejuízos na performance de navegação do site.

Os cookies utilizados pela **AVISO URGENTE** têm as seguintes funções:

- a) **Cookies essenciais:** esses cookies são necessários para que a plataforma funcione de maneira mais simples e eficiente, permitindo gerenciamento de rede, um ambiente mais seguro na acessibilidade.
- b) **Cookies de desempenho:** esses cookies ajudam a **AVISO URGENTE** a entender como os usuários interagem com a plataforma, fornecendo informações sobre as áreas visitadas, o tempo de visita e quaisquer problemas encontrados, como mensagens de erro. Isso ajuda a **AVISO URGENTE** a melhorar o desempenho da plataforma.
- c) **Cookies de funcionalidade:** esses cookies permitem que sejam recolhidas informações sobre o site, permitindo uma análise técnica e estática, melhorando sua usabilidade e garantindo que a plataforma funcione adequadamente.
- d) **Cookies de publicidade:** esses cookies são utilizados para fornecer um conteúdo mais relevante para o usuário, através de distribuição de publicidade direcionada.

9. DADOS DE PROCESSOS JUDICIAIS

A **AVISO URGENTE** trata dados pessoais obtidos a partir de processos judiciais e/ou administrativos. Tal tratamento encontra respaldo na Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIII, art. 5º inciso ,LX, art. 37, art. 93, inciso IX, art. 170, art. 216, § 2º, art. 220), no Código de Processo Civil (art. 927, § 5º), na Lei Geral de Proteção de Dados (art. 6º, inciso VI), na Lei do Processo Eletrônico (art. 10, § 6º) na Lei de Acesso à Informação (art. 3º, inciso I), no Estatuto da OAB (art. 7º, inciso XIII) e na Resolução 121 do CNJ (art. 3º, § 1º).

Cumpramos ressaltar que a **AVISO URGENTE** não coleta dados pessoais em processos em que tenha sido decretado sigilo de justiça. Por outro lado, não se responsabiliza pela captura de dados de processos que deveriam estar em sigilo, mas que não tenham tido o pedido de sigilo deferido ou que de qualquer modo não tenha se adequado ao sistema de processo eletrônico ou Diário de Justiça.

A **AVISO URGENTE** poderá tratar dados pessoais vinculados a processos sigilosos, quando o próprio usuário do sistema o inclui e, nesse caso, somente realizará o tratamento dentro das hipóteses legais e dentro do necessário para a funcionalidade da plataforma, sendo de responsabilidade do usuário as questões ligadas à inserção.

10. COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS

A **AVISO URGENTE** pode compartilhar determinadas informações pessoais coletadas dos Usuários com plataformas de gerenciamento de vendas, marketing ou administrativas,

entretanto, tal compartilhamento será feito visando fornecer ou melhorar seus serviços e produtos.

O site pode incluir links para sites de terceiros, plug-ins ou aplicativos. Clicar nesses links ou habilitar tais conexões pode permitir que terceiros colem ou compartilhem dados dos Usuários. A **AVISO URGENTE** não é responsável pela política de privacidade destes sites de terceiros, portanto, quando o Usuário sair desta plataforma deve se certificar de ler a política de privacidade específica de cada sítio eletrônico visitado.

Além destas hipóteses, a **AVISO URGENTE** compartilha dados pessoais dos Usuários nos casos em que o compartilhamento for necessário para o cumprimento da legislação aplicável ou diante de requisição de autoridades públicas ou governamentais.

11. DO ARMAZENAMENTO, DA RETENÇÃO E DO DESCARTE/ELIMINAÇÃO

Os dados pessoais coletados ou tratados pela **AVISO URGENTE** serão armazenados durante o tempo em que durar o contrato (art. 7º, inciso V da LGPD). Findo o contrato, as informações do usuário, incluindo dados pessoais de terceiros, serão armazenadas de acordo com as normas de prescrição do direito brasileiro, salvo se o tratamento tiver como base o consentimento do titular.

Após o prazo prescricional, os dados pessoais tratados pela **AVISO URGENTE** serão eliminados, com exceção dos casos em que o tratamento for necessário em razão das hipóteses previstas nos incisos do art. 16 da LGPD, abaixo destacadas:

- I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou
- IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Em relação aos dados pessoais contidos em processos judiciais, o tempo de retenção será indefinido, visto que tais dados são públicos e o tratamento é justificado pelo legítimo interesse (art. 7º, inciso IX da LGPD) e pela necessidade de tratamento destes dados pela **AVISO URGENTE**, a fim de que possa exercer seu objeto social, respeitando a boa-fé, o interesse público e a finalidade.

12. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

O Usuário tem direito de solicitar à **AVISO URGENTE** informações referentes ao tratamento de seus dados pessoais, por meio dos pedidos abaixo:

1. **Confirmação da existência de tratamento:** em caso de dúvida, os titulares de dados pessoais podem entrar em contato a fim de confirmar se algum dado pessoal é tratado ou armazenado pela **AVISO URGENTE**. Os requerimentos serão respondidos:
 - a) em formato simplificado, imediatamente;
 - b) por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento;
 - c) por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim ou por meio impresso.
2. **Acesso aos dados:** é direito dos titulares requerer acesso aos dados existentes e

tratados pela **AVISO URGENTE**. Os requerimentos serão respondidos:

- a) em formato simplificado, imediatamente;
 - b) por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento;
 - c) por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim ou por meio impresso.
3. **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados:** os titulares de dados podem solicitar à **AVISO URGENTE** a qualquer momento, a alteração de seus dados pessoais, no caso em que estejam incorretos, inexatos ou desatualizados. São exemplos: atualização de nome, alteração de telefone e endereço. É importante que os dados pessoais sejam precisos e atuais, assim, cabe ao Usuário manter a **AVISO URGENTE** informada nos casos em que seus dados pessoais precisem ser corrigidos.
4. **Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD:** o titular poderá solicitar o bloqueio e a eliminação de seus dados pessoais. Tal solicitação só será negada pela **AVISO URGENTE** nos casos em que o pedido não puder ser atendido ou nos casos em que for obrigatório ou permitido seu armazenamento, nas hipóteses elencadas no art. 7º da LGPD e demais dispositivos aplicáveis. No tocante aos dados anonimizados, são aqueles que não possibilitam a identificação do titular, considerando a utilização de meios técnicos, razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento. Em razão de a anonimização impedir a identificação do indivíduo, os dados anonimizados deixam de ser considerados dados pessoais e, portanto, passam a estar fora do escopo de aplicação da LGPD, desde que o processo de anonimização não possa ser revertido.
5. **Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial:** a portabilidade dos dados pessoais não inclui dados já anonimizados pela **AVISO URGENTE**.
6. **Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular -** os dados pessoais dos titulares serão eliminados após o cumprimento da finalidade, exceto nos determinados casos:
- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela **AVISO URGENTE**;
 - b) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
 - c) uso exclusivo da **AVISO URGENTE**, vedado seu acesso por terceiro, e desde que os dados estejam anonimizados.
7. **Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados:** é direito do titular requerer acesso aos dados pessoais que forem encaminhados às entidades públicas e privadas, exceto, em situações não permitidas previstas pela lei.
8. **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa:** a **AVISO URGENTE** está disponível para atender e auxiliar, de forma transparente, quaisquer dúvidas que possam existir em função do tratamento dos dados pessoais dos titulares. Inclusive informar quais são os possíveis impactos negativos caso o titular dos dados revogue o seu consentimento para o uso dos dados pessoais, nos casos em que a base legal para tratamento dos dados for o

consentimento do titular.

9. **Revogação do consentimento:** o consentimento fornecido pelos titulares dos dados pessoais poderá ser revogado a qualquer momento por meio de pedido formal à **AVISO URGENTE**.

13. SEGURANÇA DOS DADOS

A **AVISO URGENTE** emprega medidas organizacionais, técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais sob seu controle, bem como mantém registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realiza.

Caso o Usuário entenda que sua interação com a **AVISO URGENTE** tenha deixado de ser segura em algum momento, deve notificá-la imediatamente do problema, entrando em contato através dos canais apontados ao fim desta Política de Privacidade.

14. MODIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A **AVISO URGENTE** poderá modificar, alterar ou substituir esta Política de Privacidade a qualquer tempo. Em caso de alteração, o usuário será informado por e-mail e pela interface da plataforma 15 (quinze) dias antes da entrada em vigor da alteração. Caso o Usuário não concorde com as alterações, não poderá prosseguir com o uso da plataforma

15. LEGISLAÇÃO E FORO

Esta Política de Privacidade será regida, interpretada e aplicada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, independentemente das Leis de outros estados ou Países, sendo competente o foro da Comarca de Goiânia - GO, para dirimir qualquer dúvida decorrente deste documento, conforme item 20 dos Termos e Condições de Uso da **AVISO URGENTE**.

16. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

- **Dados do Controlador:**

AVISO URGENTE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF sob o nº 14.774.075/0001-34

Sede: .Rua 94, nº 1.165, QD. F-17, LT.139, Setor Sul, GOIÂNIA – GO

CEP: 74.083-060

- **Dados do encarregado (DPO – Data Protection Officer)**

Nome: MARCOS RODRIGO SILVA COSTA

CPF: nº 949.277.402-00

Cargo: Analista de Infraestrutura

E-mail para contato: protection@avisourgente.com.br